

80 ANOS DE PEDAGOGIA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DE CONSOLIDAÇÃO NO BRASIL

JESSICA MACHADO DE SENA E SILVA

UERJ

JHONDICLIIFE@yahoo.com

EIXO 1

RESUMO: Esse artigo foi escrito com o intuito de mostrar através de pesquisas momentos históricos que fazem parte dos 80 anos de pedagogia e serviram como portas para seu discernimento em nosso país.

. Períodos históricos a serem apresentados:

- A era pombalina e seu viés intelectual.
- Mulheres do Brasil colonial e o retrato de sua educação.
- A invisível educação escrava.
- Brasil império e a propagação do conhecimento.

Por fim desafios e históricos da atualidade da formação de professores serão postos em pauta após vestígios expostos de décadas de marcas que carregamos interferindo no cenário presente. O objetivo principal desse estudo é mostrar os momentos históricos considerados importantes no processo de pesquisa discutindo os entraves e particularidades de cada período trazendo um recorte com os tempos atuais. A metodologia utilizada é a leitura e análise da compilação bibliográfica de artigos e obras que trás períodos históricos considerados responsáveis pela consolidação da pedagogia no Brasil e um recorte dos tempos atuais entre os anos de 2016 a 2019. A sustentação teórica tem como ponto de partida Maria Lucia Spedo Hilsdorf por ressaltar pontos-chave dos períodos históricos contidos no tema desse artigo e sua obra História da Educação Brasileira (2005) ter sido utilizada para obtenção dessas informações. Citamos LOURO (2004, p. 443-481) por nos oferecer o panorama das mulheres na educação e seu papel fundamental para o surgimento da imagem do professor que foi sendo modificada ao longo das décadas. Para abordar a respeito da invisibilidade da educação escrava contamos com BARROS (2018) e Silva, A. L da (2018). Além de pesquisas de artigos e obras pertinentes ao tema do artigo.

Palavras-chave: Pedagogia. Educação Brasileira. 39°ENEpe

INTRODUÇÃO

A introdução desse artigo se inicia no século XVIII com a era pombalina e o levantamento do Marquês e suas reformas voltadas à educação. Nessa parte da pesquisa elencaremos os principais acontecimentos que serviram de plano de fundo para o reconhecimento de Pombal e a necessidade de suas reformas e seus aspectos na educação. Damos continuidade com o período em que as mulheres passaram a frequentar a sala de aula, ocupando espaços de conhecimento em busca do saber e de seus direitos. Nesse contexto as mulheres passavam por empecilhos a serem enfrentados como, por exemplo: a aplicação de sabres distintos entre homens e mulheres devido ao controle moral da mulher e a predestinação de mãe, esposa e dona de casa e o sistema patriarcal que insistiam que elas eram preparadas para os valores e afazeres do lar.

Se por um lado da história temos a luta das mulheres pela obtenção do saber por outro, temos a invisibilidade da educação escrava e a visão eurocêntrica de que os negros e os escravizados se limitavam a força de trabalho. Por fim chegaremos ao Brasil Império e a propagação do conhecimento, grandes investimentos educacionais feitos, construções voltadas para o ensino e cultura como o Colégio Pedro Segundo em funcionamento até os dias atuais e a primeira biblioteca aberta a todo o público do país, a Biblioteca Nacional do RJ.

A ERA POMBALINA E SEU VIÉS INTELECTUAL

Iniciaremos o período elencando os principais acontecimentos e a transição desses que serviram de plano de fundo para o reconhecimento de Pombal e a necessidade de suas reformas e seus aspectos na educação:

- Ruptura da sociedade portuguesa com os Jesuítas tanto como grupo religioso quanto como colonizadores e educadores.
- Ilustração como mentalidade dominante e a necessidade de reformulação do sistema de ensino da metrópole e das colônias levantando a imagem de Pombal.
- O controle da educação escolar passa para o Estado.
- Movimento reformista e o calor de pensamentos de reforma.
- Revolução francesa.
- Absolutismo ilustrado guiado por Pombal proposital para reforçar o período

como das luzes e intelectual que causaria impactos grandiosos na educação.

- O surgimento das academias, Academia Portuguesa e Academia Real de História que defendiam estudos em engenharia militar, cartografia e astronomia.

- O poder de ensino nas mãos dos poderes oratorianos.

Pontos-chave para o levantamento da imagem de Pombal e sua nomeação:

- A Europa passava por grandes transformações políticas, sociais e econômicas a partir da metade do século XVIII. A Inglaterra avançava cada vez mais economicamente e prometia mudar sua estrutura política e econômica a partir da Revolução Industrial. Os países europeus mal esperavam que a invenção do motor a vapor fosse redefinir a face do continente e dar base de sustentação às teorias do novo mundo: o Capitalismo.

- Portugal passava por uma crise. Dom João V morrera e a situação econômica do reino não era das melhores. Muitos ainda teimavam em continuar com o sistema mercantilista. Não lhe restavam, porém, muitas opções, uma vez que um tratado assinado em 1703 com a Inglaterra lhe impediam de crescer industrialmente, pois prendia Portugal, obrigando os portugueses a comprarem produtos manufaturados da Inglaterra. Além do luxo da nobreza da coroa, as colônias também sustentavam Portugal na compra de produtos ingleses.

- Portugal continuava um país mais pobre, sem capitais e quase despovoado. As lavouras precisavam de braços que trabalhassem enquanto Inglaterra e França avançavam cada vez mais tanto no capitalismo quanto em sua economia.

Sebastião José de Carvalho e Melo conhecido como Marquês de Pombal foi nomeado para mudar esse quadro. Pombal veio ao Brasil com seus teóricos, filósofos e o que se tinha de mais intelectualizado para por em prática sua reforma de ensino que faz parte desses 80 anos de pedagogia, tema norteador dessa pesquisa.

POMBAL E A REFORMA EDUCACIONAL

Pombal após expulsar os Jesuítas estabeleceu que o estado fosse o principal responsável pela educação focando no controle e gestão do sistema escolar.

Criou as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica que tinha a intenção de substituir os extintos Colégios Jesuítas.

Dentro desse pacote de reformas foi criada a figura de um “Diretor Geral dos Estudos”

responsável para nomear e fiscalizar a ação dos professores.

A penetração de literaturas modernas (francesa e inglesa) fez parte da ideia e dos primeiros choques entre conceitos antigos e a considerada nova corrente de pensamentos pedagógicos estabelecidos por Pombal.

MULHERES DO BRASIL COLONIAL E O RETRATO DE SUA EDUCAÇÃO

O período pode ser descrito logo de início para situarmos na História da Educação Brasileira base norteadora desse artigo como uma luta pós Jesuíta no contexto da era pombalina rumo ao auge do Império.

Seu plano de fundo era o Império e a Proclamação da República, momento em que o país queria se desfazer da imagem colonial de atrasado, inculto e primitivo (base utilizada pelas mulheres).

Nesse contexto as mulheres passavam por empecilhos a serem enfrentados como, por exemplo: a aplicação de sabres distintos entre homens e mulheres devido ao controle moral da mulher e a predestinação de mãe, esposa e dona de casa e o sistema patriarcal que insistiam que elas eram preparadas para os valores e afazeres do lar.

Nas últimas décadas do século XIX as mulheres estavam presas à higienização da família como necessidade de educação, pois tinham o destino de serem mãe e responsável pela construção da cidadania dos futuros líderes associados ao lema de Ordem e progresso dentro do controle familiar desses filhos.

A criação de escolas normais com a intenção de formar professores e professoras seguia abrindo as portas para o discernimento da pedagogia.

Em 1874 houve o crescimento do número de alunos e alunas nessas escolas e a diminuição de alunos. Os homens passaram a deixar a sala de aula, nesse desfecho notamos a resistência das mulheres em seguir com seus estudos.

Com o domínio feminino do magistério e a caracterização de extensão da maternidade cada aluno era representado como filho espiritual e o ato docente de amor e doação. Apesar desses títulos as mulheres estavam tendo suas primeiras experiências e concepção de trabalho fora de casa (as normalistas por necessidade ou ambição com todos os entraves tiveram o contato com o sair de casa e ter uma ocupação).

Se sentindo ameaçados (o patriarcado) foi estipulado um controle feminino onde suas práticas foram associadas a atividades religiosas. As normalistas passaram a serem tidas como

exemplos para suas futuras alunas (mãe, esposas, religiosas).

Persistência da imagem feminina nos Institutos e o uso dos termos professorinha, tia e trabalhadores da educação nos quais tiveram que mostrar garra e competência para desfazer a imagem desses termos, em especial o de professorinha, associado a fragilidade e o resumo de mulher doce e gentil para abrir caminhos para a pluralidade feminina.

A INVISÍVEL EDUCAÇÃO ESCRAVA

A educação negra desde os primórdios do “descobrimento” foi inferiorizada, silenciada e conseqüentemente invisibilizada. Suas lutas, suas histórias, raízes e povos foram duramente encarcerados pela escravidão. Período esse em que a visão até então eurocêntrica resumiu a sua imagem e presença, como se todos os negros fossem apenas escravos e que antes disso não tivessem paradeiro.

Como se negro tivesse a finalidade única de servir de mão de obra e fosse desapropriado de qualquer cunho intelectual, o que não é verdade! Para testificarmos isso, analisamos artigos em que negros e escravos possuem conhecimento.

O primeiro artigo analisado é o de Silva, A.L. da (2018) no qual nos coloca em contato com os anúncios de escravos e a relação desses como objetos, mercadorias. Até aí nada de diferente, pois é dessa forma que eles são descritos e vistos pela sociedade escravocrata.

Esses anúncios eram divulgados muitos deles para encontrar escravos fugidos onde os fugitivos tinham suas características físicas e comportamentos descritos. Como mercadoria suas qualidades, aptidão e ofícios eram expostos junto com o preço pedido por seus senhores.

No decorrer desse artigo encontramos cartas escritas por escravos e anúncios deles oferecendo seus serviços de leitura e escrita, a partir disso entramos de consenso do objetivo desse artigo, que é dar visibilidade a educação por conta própria desses negros e escravos com o da autora de mostrar através desses anúncios em periódicos que existiam escravos que sabiam ler e escrever no período de 1830 a 1888.

A questão dos escravos libertos é discutida e levada em consideração pela sua inserção no universo da cultura e escrita com a lei do Ventre Livre, também conhecido como Lei Rio Branco, foi promulgada em 28 de setembro de 1871 que determinava que os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir desta data ficariam livres, conforme consta no primeiro artigo: Art. 1º - Os filhos de mulher escrava que nasceram no Império desde a data

desta lei serão considerados de condição livre. Outras leis como a do Eusébio de Queirós, e a dos Sexagenários foram contribuindo até a chegada futuramente da Lei Áurea. Dialogando com o texto de Silva (2018) contamos com relatos encontrados durante a pesquisa a respeito de Cesarino, professor que fundou na época uma escola para meninas brancas, seguindo o tempo de escolarização para mulheres e no tempo noturno oferecia gratuitamente a escolarização para moças negras. (Santos; Oliveira; Oliveira; Gimenes, 2013).

Além da escola de Cesarino há registros não tão aprofundados da escola de Pretextato, sendo esta a primeira escola para negros existente no Brasil, ela funcionou de 1853 a 1873, situada no Rio de Janeiro. Segundo a historiadora Adriana Maria Paulo da Silva (2002). Pretextato era homem negro e não se sabe como conseguiu alfabetizar-se, e abriu processo licitatório à corte, Eusébio de Queiroz para funcionamento de sua escola, que atendia em média de quinze alunos pobres, os quais não possuíam se quer sobrenome. Esses negros que a duras penas conseguiram ingressar nas escolas eram um grupo restrito de negros livres ou libertos. Conforme o decreto 7031 de 06 de setembro de 1878 só podia se matricular pessoas do sexo masculino, maiores de 14 anos livres ou libertos, saudáveis e vacinados. Retomando ao texto de Silva (2018), um dos pontos cruciais de sua pesquisa, é romper com a visão que a maioria tem de que os negros sempre foram escravos ou que todos são iguais e da mesma cultura nessa época.

Foi o caso dos escravos mulçumanos (discussão pertinente para outro momento) munidos de outros tipos de conhecimento e idealizações. As referências apresentadas indicam a existência de escravos que freqüentavam escola, pois podemos pensar que esses escravizados vieram de lugares distintos e erradamente seus saberes são anulados pela história eurocêntrica através da idéia de limitá-los ao trabalho braçal. Por fim o que podemos compreender é que o artigo base para o tema nos serve como uma das fontes para saber que a educação de alguma forma naquela época chegou de alguma forma a essas classes.

BARROS (2018) faz um levantamento dos desafios por uma educação para todos e cita episódios de luta pelo combate a ausência de preocupação da população negra e a exclusão de sua educação.

A historiografia da categoria de raça nos apresenta brevemente a conformação do campo, o silêncio sobre a raça e como a inserção ocorreu. Sangue e suor do povo, cores e raças fazem parte de nossa pedagogia.

BRASIL IMPÉRIO E A PROPAGAÇÃO DO CONHECIMENTO

Nesse momento reuniremos informações nas quais foram analisadas para servirem de rota dos acontecimentos marcantes para a transformação do modelo de educação e a propagação do conhecimento marcante do período.

Ponto de partida:

- Vinda da Família Real.
- A forte pressão para o Brasil deixar o seu aspecto atrasado de colônia e retardo educacional.

Acontecimentos concomitantes:

- A vinda de 10 mil nobres e os maiores intelectuais de Portugal.
- Revolução francesa e o intelectualismo francês sendo visto como exemplo para os países coloniais.

Durante o caminho

- Marco do início da era cultural estabelecida pela Família Real.
- A chegada de arquivos portugueses e 70 mil livros.

Com a chegada desses materiais logo teria que ter espaços para comportá-los. Pensando nisso ocorreu à transferência da Biblioteca Real para o Brasil. Um passo importante para as melhorias educacionais da época com o interesse de consolidar a coroa portuguesa.

- O surgimento da primeira biblioteca aberta a todos do país, Biblioteca Nacional do RJ.

Picos do caminho

- 1822 – Proclamação da Independência.
- 1824 – Constituição do Império do Brasil (oficialmente dominada Constituição Política do Império do Brasil) e primeira constituição brasileira.
- A idéia de Educação primária gratuita para todos os cidadãos do país com o

pensamento na missão francesa e inspirada em sua constituição.

- Predominância do intelectualismo nacional.

O período foi marcado por suas grandes construções algumas são:

- Academia de Belas Artes.
- Academia da Marinha.
- Academia Real Militar.
- Escola Real de Ciências Artes e Ofícios.
- Jardim Botânico.

A seguir reunimos os acontecimentos de forma esquematizada ano a ano segundo LIMA (1977) desse período histórico conhecido por inúmeros pesquisadores e educadores como propagador do conhecimento e de construções importantes para a educação e quem sem duvida apesar das limitações e retrocessos de uma colonial, faz parte da história da pedagogia.

1822 - O Decreto de 1o de março criava no Rio de Janeiro uma escola baseada no método lancasteriano ou de ensino mútuo. Ou seja, somente um professor para cada escola.

1824 - A Constituição, outorgada pela Assembléia Constituinte, dizia, no seu artigo 179, que a instrução primária era gratuita a todos os cidadãos.

1825 - É criado o Ateneu do Rio Grande do Norte. É criado um curso jurídico provisório na Corte.

1827 - São criados os cursos de Direito de São Paulo e Olinda. É criado o Observatório Astronômico. Uma Lei Geral, de 15 de outubro, dispõe sobre as escolas de primeiras letras, fixando-lhes o currículo e institui o ensino primário para o sexo feminino.

1832 - Convertem-se em Faculdades de Medicina, as Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia.

1834 - O Ato Adicional da reforma constitucional dizia que a educação primária e secundária

ficaria a cargo das províncias, restando a administração nacional o ensino superior.

1835 - É criada uma escola normal em Niterói. A primeira do Brasil.

1836 - É criada uma escola normal na Bahia. São criados os Liceus da Bahia e da Paraíba.

1838 - O Colégio Pedro II é fundado no Rio de Janeiro.

1839 - É criada uma escola normal no Pará.

1845 - É criada uma escola normal no Ceará.

1846 - É criada uma escola normal em São Paulo. Uma segunda será ali criada em 1848.

1849 - Gonçalves Dias, encarregado de estudar as condições do ensino nas Províncias do Norte dizia que ‘os nossos liceus são escolas preparatórias da academia e escolas más’.

1852 - Gonçalves Dias, em seu relatório de inspeção, dizia: ‘Quero crer perigoso dar-se-lhes (aos aldeados) instrução’.

1854 - O Decreto 1331A, de 17 de fevereiro, reforma os ensinos primários e secundários, exigindo professores credenciados e a volta da fiscalização oficial; cria a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária. É criada uma escola normal na Paraíba.

1857 - No Rio Grande do Sul, no Colégio de Artes Mecânicas, a lei mandava recusar matrículas às crianças de cor negra e aos escravos e negros adultos, ‘ainda que libertos e livres’.

1870 - A Reforma Paulino de Souza pretendia imprimir, aos estudos realizados no Colégio Pedro II, um caráter formativo, habilitando os alunos não só para os estudos superiores, mas para a vida, além da instituição ser capaz de competir com os estabelecimentos particulares no aliciamento de candidatos às Academias. É criada a Escola Americana, o Colégio Piracicabano, escola primária de cunho protestante. · É criada uma escola normal no Rio Grande do Sul.

1872 - O Brasil contava com uma população de 10 milhões de habitantes e apenas 150.000 alunos matriculados em escolas primárias. O índice de analfabetismo era de 66,4%.

1873 - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos estudos secundários nas províncias e de facilitar aos candidatos das províncias o acesso aos cursos superiores, o Ministro João Alfredo Correia de Oliveira instalou nas capitais das províncias do Império bancas de exames gerais preparatórios.

1874 - É criada a Escola Politécnica no Rio de Janeiro.

1878 - O Conselheiro Leôncio de Carvalho realiza uma reforma do ensino que permitia ‘a cada um expor livremente suas idéias e ensinar as doutrinas que acredite verdadeiras, pelos métodos que julgue melhores’. Além disso, manteve as matrículas avulsas e introduziu a frequência livre e os exames vagos no Externato do Colégio Pedro II.

1879 - O Senador Oliveira Junqueira dizia: ‘certas matérias, talvez, não sejam convenientes para o pobre; o menino pobre deve ter noções muito simples’.

1880 - Surge a primeira escola normal da Capital do Império, mantida e administrada pelos Poderes Públicos.

1882 - Rodolfo Dantas cria um projeto propondo maior intervenção do Governo na instrução popular das províncias. Este projeto não chegou a ser discutido no Parlamento.

1884 - É criada a Escola Neutralidade, escola primária de cunho positivista.

1888 - É criado o Instituto Pasteur, no Rio de Janeiro.

1889 - Ferreira Viana, Ministro do Império dizia ser fundamental formar ‘professores com a necessária instrução científica e profissional’. Em sua última fala do trono Sua Majestade pedia empenho para a criação de um ministério destinado aos negócios da Instrução Pública. Com a Proclamação da República, no Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, torna-se Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos Benjamin Constant Botelho de

Magalhães. Os alunos matriculados nas escolas correspondem a 12% da população em idade escolar.

HISTÓRICO E DESAFIOS ATUAIS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

De 2013 para cá temos enfrentado tempos sombrios e ameaçadores para a educação. Dos golpes governamentais as manifestações populares em busca de direitos e contra boicotes e cortes das classes menos favorecidas. A educação começou a ter seus primeiros cortes com a desculpa que a economia estava precisando de fôlego e que as dificuldades a serem enfrentadas que atrapalharam o plano educacional estabelecido pelo governo. O que nos próximos anos veríamos piorar e em meio de tantos supérfluos apenas a saúde e a educação era a bola da vez para terem seus investimentos lá embaixo novamente.

Em 2015, a Educação teve um dos maiores cortes nominais: foram R\$ 10,6 bilhões no ano, o que reduziu o Orçamento autorizado para 2015 de cerca de R\$ 109 bilhões para aproximadamente R\$ 98 bilhões. As consequências foram atrasos nos pagamentos de programas como o Mais Educação, que incentiva o ensino integral nas escolas, e mesmo cortes como no Ciência sem Fronteiras. "Muitos programas federais foram interrompidos. No governo Temer o decreto que congela por 20 anos o aumento de verba para saúde e educação é aprovado. A crise da educação pública vem átona com pagamentos atrasados dos professores, municípios sem merenda, falta de infraestrutura e más condições de trabalho docente acarretando afastamento dos profissionais do cargo. Fechamento de escolas ocorreram e greves de longa duração atravessou o ano de 2017. No mesmo ano a reforma do ensino médio veio sorrateiramente na tentativa de convencer a população de que o presidente vigente estava preocupado com o futuro dos nossos adolescentes, o que sabemos bem que não é nada além de uma tentativa de invalidar o ensino de certos conhecimentos alegando a sua não obrigatoriedade. Ensinos de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia constam na lista de não obrigatórias deixando a opção do governo contratar professores e ofertar as disciplinas ou não. Seguindo o pacote do desmonte e sucateamento veio a (BNCC).

A BNCC tem a função de cumprir no que caracterizam como um processo de subordinação da educação brasileira aos ditames da economia e aos interesses do mercado. E isso só interessa a quem? Aos empresários que com isso tem acesso a mão de obra barata em troca de um ensino tecnicista de baixa qualidade e custo para os cofres. Dentro desse pacote está a PL que visa regulamentar o exercício da profissão do pedagogo.

A PL de número 6.847/2017 intitulada regulamentadora do exercício da profissão de Pedagogo ao invés do reconhecimento e inclusão de milhares de profissionais qualificados no mercado de trabalho se constituirá, na realidade, em uma grave ameaça ao exercício profissional de professores e pedagogos, gerando desemprego e exclusão, pois a mesma os transformará em meros dadores de aulas. Cartilhas preparadas pelo governo e instituições privadas tirará a autonomia desses educadores. Os desafios enfrentados seguem em 2018 com o governo conversador sendo declaradamente contra a pesquisa e atacando publicidades públicas como foi o caso da Universidade Estadual do Rio que enfrentou uma das suas maiores greves da história em 2016-2017.

O atual governo ver com que milhares de professores e estudantes fossem para as ruas, pois nosso direito de ter uma sala de aula para todos está sendo ameaçado e a extinção da entidade escola chegou a um ponto de ser cogitado a possibilidade de deixar de existir. Não podemos deixar essas catástrofes se concretizarem. A resistência é o caminho.

CONCLUSÃO: O estudo trouxe evidências válidas que foram solidadas através de referenciais teóricos e pesquisas nos quais se conclui que os períodos históricos presentes nesse artigo serviram sim de portas para o discernimento da pedagogia em nosso país

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROS, S. A. P.. *História da educação da população negra: entre silenciamento e resistência*. Pensar a Educação em Revista, v. 4, p. 3-29, 2018.

HILSDORF, M. L. S. *História da educação brasileira. Leituras*. São Paulo: Cengage Learning, 2005

LOURO. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481

Silva, A. L da (2018). *O saber que se anuncia: o poder da palavra em tempos de escravidão (Rio de Janeiro, 1830 a 1888)*. Revista Brasileira de História da Educação, 18(48).

LIMA, Lauro de Oliveira. *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Brasília, 1977.

SILVA, Adriana Maria Paulo. *A ESCOLA DE PRETEXTATO DOS PASSOS E SILVA: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas - São Paulo, v. nº 4, p. 145-166, 2002.